

## **Em períodos de crises, cuidado comunitário: a distribuição de alimentos através de campanhas de solidariedade durante a pandemia do coronavírus<sup>1</sup>**

Luma Mundin Costa, USP/SP

Lina Penati Ferreira, USP/SP

Palavras-chave: cuidado; comida; solidariedade

### **Introdução**

Em 2014, o Brasil superou sua classificação entre os países no mapa da fome. No entanto, em 2022 o país voltou a essa posição depois de anos de crise político-econômica e da crise sanitária do coronavírus. As múltiplas ações estatais de combate à fome e à insegurança alimentar foram perdendo alcance, seja pela negligência com a qual os governos trataram as políticas sociais nos últimos anos, seja pela inacessibilidade que o isolamento social impôs. O resultado é que em 2021, depois de quase dois anos de pandemia, 58,7% da população brasileira vivia em situação de insegurança alimentar (risco de fome) e 15,5% passavam fome (Rede PENSSAN, 2022).

Em resposta a esse contexto, observamos, durante a pandemia, uma onda de solidariedade centrada na distribuição de alimentos. Campanhas mobilizaram recursos, estruturas e expertise, para lidarem com os desafios de acesso à alimentação que a maioria do país enfrentava naquele momento. Este trabalho pretende analisar as ações de solidariedade que distribuíram alimentos durante a crise da pandemia da covid-19. As perguntas que guiam nossa reflexão são: Quais os formatos de manuseio e distribuição dos alimentos? Quais atores e organizações foram responsáveis por essas campanhas? Quais dimensões políticas foram desenhadas na fronteira entre comida e solidariedade?

Utilizaremos os dados da base “Cuidado e Comunidade: ações coletivas durante a Covid-19”, um trabalho das autoras desenvolvido dentro do projeto TAP-Fapesp “Who Cares? Rebuilding care in a post-pandemic world”. Atualmente, a base conta com 628 ações catalogadas, das quais 563 distribuíram comida na forma de cestas básicas, cestas de alimentos perecíveis, refeições prontas ou vouchers. Os resultados preliminares apontam ainda que as principais organizações responsáveis pela estruturação dessas campanhas são os movimentos sociais e coletivos identitários, assim

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

como as organizações não-governamentais, que beneficiaram em grande maioria grupos vulnerabilizados em contextos urbanos. Ao longo do texto, exploraremos essas informações e os resultados que relação entre elas apresentam.

As análises foram desenvolvidas em diálogo com a literatura do cuidado, em particular, com o cuidado comunitário (Razavi, 2007; Fournier, 2020). Entendemos que, ao enquadrar o problema dessa forma, seremos capazes de identificar provedores, beneficiários e práticas de cuidado desenvolvidas coletivamente na produção da vida. O cuidado, nesse sentido, é pensado como uma categoria ampla, que inclui o trabalho empenhado na manutenção do bem-estar e da vida, de si próprio ou de outros (Tronto, 1993). Com o auxílio das reflexões sobre alimentação e política (Appadurai, 1981; Leme et al, 2022; Zambiasi, 2023), buscaremos compreender as imbricações entre produção, consumo e distribuição de alimentos e cuidado, que se expressou de maneira coletiva em tempos de crise.

### **Comida e cuidado: enquadramento do tema**

Comida e cuidado são aspectos centrais na reprodução e manutenção da vida humana. Ambos representam uma necessidade biológica universal, no entanto, quando a antropologia e a sociologia se debruçam sobre esses temas, encontram também representações sociais e políticas de diferenciação e desigualdade. Voltados à comida, os estudos sobre alimentação entendem que regras e costumes que cercam a produção, distribuição e consumo dos alimentos são esforços culturais para estabelecer hierarquias através dos papéis e dos contextos entendidos como apropriados para cada tipo de comida (Appadurai, 1981), assim como, entendem os significados da alimentação como parte de uma identidade coletiva (que pode ser nacional, por exemplo) e delimitam fronteiras de pertencimento (Shostak, 2023).

Quando se trata do cuidado, teóricas feministas se destacaram ao refletir desde noções teóricas sobre direito e ética do cuidado (Tronto, 1993), até os arranjos políticos do Estado e as formas de provimento de bem-estar social (Razavi, 2007) e a organização societal baseada na divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007) e nos circuitos de cuidado (Guimarães, 2021). De forma similar aos estudos sobre comida, o paradigma que se traça ao fundo quando se estuda cuidado, é a desnaturalização de práticas que se baseiam em uma necessidade comum e universal e que expressam conflitos próprios às sociedades e culturas, revelando dimensões importantes sobre diferenças, hierarquias e desigualdades.

A intersecção desses dois objetos de estudo se deu, principalmente, pelo papel das mulheres na esfera doméstica na preparação de alimentos. Nesse debate, a invisibilidade do trabalho de cuidado ganha destaque analítico, versando sobre aquelas atividades exercidas no âmbito doméstico de forma constante e gratuita, enquadrando-se no circuito da “obrigação” (Guimarães, 2021). No entanto, o cozinhar tem sido explorado também como uma ferramenta política dos movimentos sociais (Bogado, 2008), reconhecendo sua relevância no combate à insegurança alimentar. Essa questão desafia a problemática comum nos estudos de cuidado, que dá centralidade às dualidades privado/público, remunerado/não-remunerado e provedor-beneficiário individuais, uma vez que as práticas de manutenção da vida mostram múltiplas possibilidades. Quando tratamos da alimentação como prática de movimentos sociais, observamos, por exemplo, que os provedores podem ser tanto familiares quanto membros dos movimentos, assim como beneficiários podem ser indivíduos ou grupos sociais vulnerabilizados, e a relação entre esses têm naturezas variadas. As delimitações entre público e privado vão sendo tensionadas na medida em que tanto o cuidado como a alimentação vem sendo construídos como problemas sociopolíticos. Nesse sentido, algumas teóricas pressionam a noção de cuidado para uma compreensão mais ampla que reconheça a interdependência entre os indivíduos e a responsabilidade pública pela provisão de diferentes necessidades de cuidado, como a alimentação (Fontoura, 2023).

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1966), o direito humano à alimentação adequada é formulado como uma questão de interesse coletivo sociopolítico e de justiça, mas os debates em torno da classificação da fome e da soberania alimentar não foram cessados. As desigualdades podem ser observadas pelos regimes de produção alimentar ou pelo acesso à comida, mas cada vez mais se compreende os aspectos simbólicos ligados às complexas infraestruturas de distribuição e consumo (Shostak, 2023). A qualidade da comida, assim, não se refere apenas ao valor nutricional mas à adequação cultural dos alimentos a determinado grupo, assim como a segurança alimentar não versa apenas sobre a disponibilidade do alimento no mercado, mas a permanência de acesso, o que transforma a maneira de entender o combate à fome.

As políticas de enfrentamento à fome se transformaram no Brasil de acordo com a definição desse problema e das interpretações sobre suas causas (Leme et al, 2022). No início do século XX, esse era entendido como uma questão de barateamento da produção de comida e controle dos preços dos alimentos, assim como as secas pareciam

ser as principais causas. A partir, principalmente, do debate que despontou com a obra de Josué de Castro, a fome passa a ser enquadrada como um problema estrutural e não apenas crises eventuais. Nesse espírito, políticas de planejamento nutricional da população foram planejadas, como o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que se tornou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 1954. Na década de 1970, em diálogo com as diretrizes de órgãos internacionais como a OMS e a FAO, foi fundado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição que implementou programas de suplementação alimentar. Na década de 1990, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) reúne atores governamentais e da sociedade civil para formulação de propostas mais eficazes para o combate à fome, o que resulta em políticas bem sucedidas no início dos anos 2000 que tiraram o Brasil do mapa da fome em 2014 (Leme et al, 2022).

No contexto brasileiro, não apenas o Estado teve grande destaque, mas as ações coletivas e as organizações da sociedade civil tiveram papel fundamental para formulação de medidas de combate à fome, especialmente no século XXI. A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, foi um movimento liderado por Betinho que, ao articular uma rede descentralizada de doadores de alimentos e pressionar o poder público, levou à criação do CONSEA em 1993, que posteriormente foi central na formulação do plano Fome Zero (Zambiasi, 2023). Estão imbricados, portanto, na história do combate às desigualdades alimentares no Brasil, o provimento do acesso à alimentação por meio da sociedade civil organizada e do Estado.

Considerando a fome como uma questão do cuidado, dado que está diretamente imbricada com as condições e capacidades de produção da vida, é interessante notar a participação da sociedade civil na elaboração do problema como uma questão pública e nas tentativas de solucioná-lo. Ainda que pouco explorada pela literatura do cuidado, a sociedade civil organizada se mostrou uma importante fonte de provimento do cuidado e de garantia de direitos, como a alimentação. Isso é especialmente verdade quando nos voltamos para a condição dos países latino-americanos ou para os contextos de crise, como a pandemia. Trata-se de explorar, no arranjo de cuidado dos países em desenvolvimento, estratégias de manutenção da vida mais amplas. Ao enfatizar a ação civil no campo do cuidado, nos referimos também à atuação comunitária (Razavi, 2007), enfatizando o que os incipientes estudos apontam para América Latina, ou seja, o fato de que existe um tipo próprio de organização comunitária nessa região, baseada, principalmente, em vínculos associativos (Fournier, 2022) e cooperativos (Vega;

Martínez-Buján; Paredes, 2018) de base territorial (Fournier, 2022; Zibecchi, 2022; Fraga, 2022), majoritariamente executado por mulheres. Esses trabalhos têm mapeado ações comunitárias de cuidado infantil (Zibecchi, 2014), programas de enfrentamento à violência e pacificação de territórios (Sorj, 2016), comedores coletivos (Rosseau, 2009), e mais recentemente, uma gama de ações realizadas durante a pandemia (Sanchís, 2020; Zibecchi, 2022; Gutiérrez, 2023).

As articulações coletivas tiveram destaque na pandemia como respostas para políticas públicas insuficientes. Muitas ações de solidariedade foram realizadas ao redor do Brasil, com diferentes capacidades e abrangências, mobilizaram redes de relações, coletivos e organizações locais (Telles et al, 2020). Essas iniciativas foram registradas como reação ao agravamento das desigualdades exacerbadas pelas políticas de combate ao coronavírus. De 2013 a 2018, as desigualdades foram atingindo níveis mais altos, demonstrando a pouca estabilidade dos efeitos das políticas sociais e suas permanências entre governos. A população em situação de fome, que em 2013 atingiu o nível mais baixo de 8,7%, em 2018 volta a atingir 14%. Nessa inclinação, as desigualdades aceleradas pela pandemia e pela gestão de combate no Brasil levou ao marco de 20% da população em situação de fome no ainda primeiro ano da crise sanitária (Rede PENSSAN, 2022).

Ainda que com as controvérsias políticas sustentadas pelo governo Bolsonaro, os diferentes níveis de governo aplicaram graus de isolamento social que implicaram na descontinuação temporária de certos programas de combate à desigualdade (de Castro; Moreira, 2020). O Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar são exemplos de políticas de erradicação da fome afetadas pela pandemia. As iniciativas comunitárias se organizaram, nesse contexto, com propostas “tradicionais” como a distribuição de cestas básicas, mas também inovadoras e específicas para o contexto, como a distribuição de máscaras e EPIs (Abers; von Bülow, 2020).

As ações de solidariedade podem ser lidas, assim, como uma expressão do cuidado comunitário na medida em que dão conta de uma lacuna de necessidade de produção da vida que não é preenchida nem pelo Estado, nem pela família e nem pelo mercado. Seus registros apontam o foco para urgência do combate à fome, e acompanhando as doações, as comidas carregam símbolos, discursos e retratam uma disputa em relação ao combate à pandemia, como podemos analisar aplicando o conceito de gastropolítica (Appadurai, 1981). Com este enquadramento, entendemos a

importância de analisar, a partir da sistematização e classificação de ações de solidariedade, os atores envolvidos no provimento do cuidado comunitário voltado à alimentação, o que foi doado e a forma de distribuição da comida no período de crise da pandemia.

## **Metodologia**

O banco de dados “Cuidado e Comunidade: ações coletivas durante a pandemia da Covid-19” está inserido no projeto de pesquisa “Who Cares? Rebuilding care in a post-pandemic world” (TAP-Fapesp/ CNPq/ Fundação Arymax/ FJLES), coordenado pela professora Nadya Araujo Guimarães, sediado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Seu objetivo foi reunir iniciativas solidárias promovidas por organizações de base associativa durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Até o momento, 628 ações de solidariedade, que tiveram início entre os anos de 2020 e 2021, foram identificadas e categorizadas. Considerando o caráter exploratório da investigação, recorreremos a uma amostragem não-probabilística, uma alternativa viável para situações em que não se conhece o total da população (Alves de Brito, 2016).

Depois de alguns testes, buscas por exemplos e reuniões com equipes que haviam realizado trabalhos similares ao nosso, seja pela temática ou pela composição do banco, chegamos à constatação de que já havia uma pré-identificação dessas campanhas que não poderia ser ignorada e, ademais, que serviriam como um ponto de partida para a nossa própria investigação. O que estamos chamando de “repositórios”, são conjuntos de ações de solidariedade, previamente organizados por instituições do terceiro setor, universidades ou meios de comunicação com finalidades diversas - divulgação, registros, pedidos de ajuda etc. A qualidade da informação, o escopo das ações mapeadas e mesmo o viés de seleção varia bastante entre eles. Por isso mesmo, o nosso entendimento era que faltava um banco que reunisse e sistematizasse em um mesmo conjunto essas ações, ainda que não escapássemos dos vieses próprios desse processo de coleta não-probabilística.

A primeira etapa da busca foi identificar os repositórios sobre ações de solidariedade. Nos principais buscadores da internet, utilizamos termos como “campanhas de solidariedade”, “solidariedade e pandemia”, “solidariedade covid-19”, entre outros. Além disso, reportagens também foram uma fonte importante para essa etapa do processo. Por vezes, elas eram um caminho para acessar os repositórios e, em outros momentos, elas mesmas serviram como repositório, pois identificavam dezenas

de campanhas. Ao todo, identificamos vinte e sete repositórios e, posteriormente a uma avaliação que tinha como principal critério a qualidade da informação e a viabilidade de acesso às campanhas, selecionamos vinte repositórios que serviram como fonte de pesquisa. A tabela 1 sintetiza as principais características dos repositórios. A delimitação temporal é entre 2020 e 2021.

A segunda etapa da busca foi identificar propriamente as campanhas de solidariedade. Em muitas situações, os repositórios ofereciam informações básicas, como nome, grupo beneficiário e formas de arrecadação. Na ausência de mais informações, uma micro investigação sobre a campanha era iniciada. Nesse momento, as redes sociais, especialmente Instagram e Facebook, e os sites de financiamento coletivo, foram fontes importantíssimas. Orientadas pelas variáveis pré-definidas, fazíamos as coletas das informações disponíveis.

O processo de definição dos eixos e categorias de análise, iniciou-se com uma pesquisa prévia sobre bancos de dados construídos através de fontes similares, indicativos da literatura especializada, debates públicos e os próprios interesses da pesquisa. Durante as primeiras buscas algumas categorias foram excluídas e outras agregadas. Por exemplo, inicialmente prevíamos a coleta de informações sobre beneficiários prioritários das campanhas, entretanto, rapidamente percebemos que esse tipo de informação não estava facilmente disponível e, por isso, foi retirada da lista. Por outro, a categoria “parcerias”, que buscou registrar instituições apoiadoras, foi adicionada posteriormente, o que significou um retrabalho para os casos que já haviam sido identificados. Ao final, definimos oito eixos de análise que se subdividiram em quarenta e oito categorias.

Essas categorias orientaram nossa busca. Desse modo, cada campanha era ao mesmo tempo identificada e categorizada durante a coleta. Catalogar e categorizar o dado é uma característica da análise de documentos (Flick, 2009). Esse processo foi realizado por duas pesquisadoras, orientadas por um livro código que descrevia cada uma das categorias. Além disso, a dupla mantinha reuniões de avaliação com o objetivo de discutir casos limites e alinhar as classificações

Ressalta-se que as campanhas de solidariedade no Brasil tiveram um caráter espontâneo e, por vezes, efêmero, o que resultou em desafios relacionados à disponibilidade de informações. Rastrear essas ações implicou lidar com limitações de acesso aos dados. Assim, uma característica fundamental do banco de dados está relacionada à sua restrição é a sua natureza restrita às campanhas de solidariedade para

as quais informações estavam disponíveis online. O foco da nossa análise recaiu sobre os registros virtuais dessas campanhas, extraídos de fontes como redes sociais, plataformas de financiamento coletivo, repositórios e websites das próprias campanhas e organizações, sendo esses os principais veículos de divulgação das informações cruciais sobre as ações solidárias. Vale lembrar que a divulgação online foi uma das principais ferramentas de comunicação durante a pandemia e por isso considerá-la como fonte se torna ainda mais relevante para o período estudado.

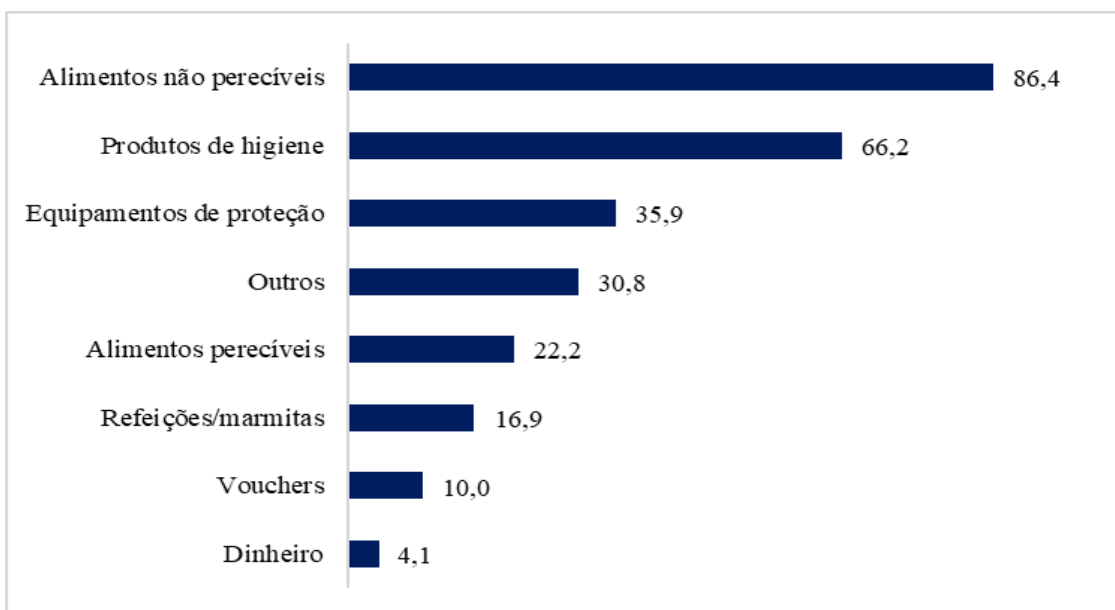
Isso significa também que tivemos que lidar com um material que não foi produzido especificamente para as nossas questões de pesquisa, e, em muitas situações, não foi produzido nem mesmo para o registro histórico. Essa condição não é exclusiva da nossa pesquisa, pois se trata de uma característica comum da análise documental (Flick, 2009). Entretanto, no que diz respeito ao nosso caso, a consequência foi que nem sempre encontramos as informações que pré-definimos para a coleta. Para essas situações, utilizamos as categorias “dúvida/ambiguidade” ou “informação indisponível”. A seguir apresentamos resultados preliminares da análise.

### **Análises parciais**

Embora parciais, as análises dos casos que compõem o banco já mostram resultados interessantes para pensarmos a relação que se estabeleceu entre a comida e ações de solidariedade durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Das 628 campanhas identificadas, 89,6% (563) doaram algum tipo de alimento, ainda que os formatos fossem diferenciados. Ademais, as campanhas distribuíram também outros tipos de produtos. O Gráfico 1 apresenta informações sobre o que foi doado por essas ações.



Gráfico 1 - Tipo de produto distribuídos pelas campanhas de solidariedade (%)



Classificamos as doações de comida em quatro formatos: i) doações de alimentos não perecíveis, composta majoritariamente pelo formato de cestas básicas, embora, não fosse possível identificar nenhum padrão de composição; ii) doações de alimentos perecíveis, especialmente, frutas, verduras e legumes, ainda que tenhamos identificado doações de ovos e carnes em algumas situações; iii) refeições e marmitas, que também incluem os famosos “sopões”; iv) vouchers, compostos por cartões alimentação, “cestas básicas virtuais” e até mesmo vale-gás, entendendo que esse também é um produto ligado a alimentação. Em nenhuma dessas categorias foi possível identificar algum padrão de tamanho ou quantidade, sendo assim, a classificação era baseada no tipo de produto. Além da comida, as campanhas também distribuíram produtos de higiene (66,2%), equipamentos de proteção (35,9%), como máscaras e álcool em gel, dinheiro (4,1%) e outros produtos (roupas, cobertores, brinquedos, etc.) (30,8%).

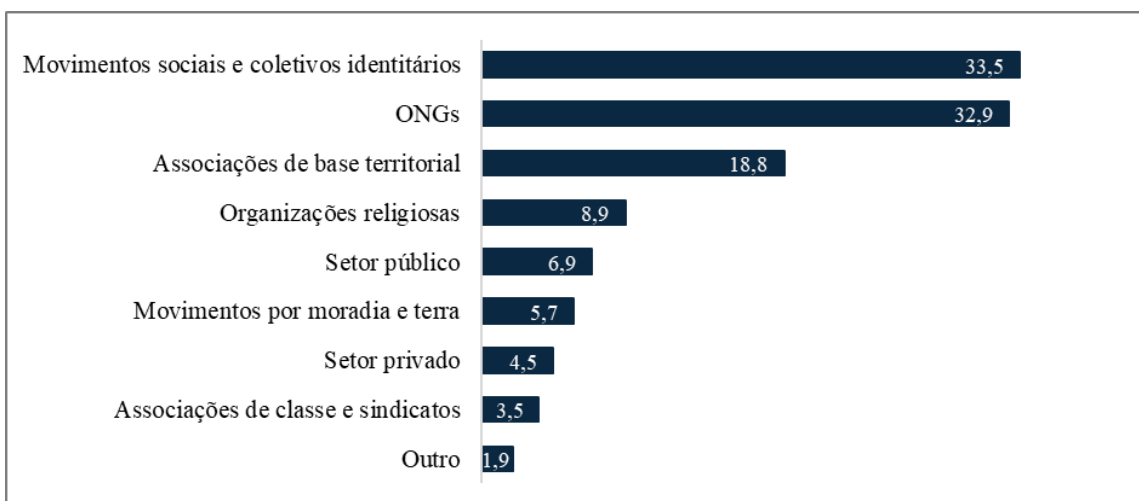
Quando olhamos especificamente para os formatos de doação de comida, encontramos disparidades entre eles. Os alimentos não-perecíveis, distribuídos frequentemente no formato de cestas básicas, lideram as doações (86,4%). Em seguida aparecem os alimentos perecíveis (22,2%), as refeições/marmitas (16,9%) e os vouchers (10%). Essa disposição revela ao menos duas dimensões para pensarmos a relação entre a comida e as campanhas de solidariedade. A primeira delas, já destacada por outros estudos (Leme et al, 2022), está associada com os desafios da logística que envolvem a

distribuição de comida. No contexto da pandemia, marcado pelas recomendações de distanciamento social, essas campanhas operacionalizaram um verdadeiro sistema logístico. No caso dos alimentos não perecíveis, além do processo de arrecadação das doações - seja em dinheiro ou em produtos -, as campanhas geriram também o armazenamento, a seleção dos beneficiados, a organização do produto a ser doado e a distribuição dos alimentos. Embora complexo, esse sistema envolve menos infraestrutura e etapas de trabalho do que as campanhas que distribuíram alimentos perecíveis ou refeições. Nesses casos, além das etapas já citadas, as campanhas precisaram ser ainda mais eficientes na distribuição, dado o risco de perda dos alimentos, ou contaram com uma infraestrutura mais elaborada, como uma cozinha para o preparo das refeições.

A segunda dimensão, menos perceptível visivelmente, está centrada nos aspectos culturais que envolvem a doação de comida no Brasil. Do lado da distribuição, temos uma prática cultural que se materializa nas “cestas básicas”, um agrupamento de alimentos industrializados e processados que circulam conjuntamente, com variações no tamanho e na composição. Essa prática não é uma novidade da pandemia, ao contrário disso, aparece como um repertório que foi intensificado durante o contexto de crise. Do lado do consumo, existe uma prática alimentar que, embora apresente variações regionais consideráveis, produz uma ideia de identidade nacional baseada na composição “arroz e feijão”, os carros-chefes das “cestas básicas”. Esses dois aspectos, enraizados em um contexto cultural atravessado por identidades nacionais e classe social, somados à dimensão logística, reforçam e dão centralidade à distribuição de alimentos não perecíveis no formato de “cestas básicas”.

Enquanto esses elementos nos ajudam a compreender a prevalência das cestas básicas, as demais formas de distribuição dos alimentos desafiam nossa interpretação. Por isso, a partir de agora, pensaremos os diferentes formatos de distribuição de comida em relação aos grupos que organizaram as campanhas. Classificamos os grupos em nove categorias, como demonstrado no Gráfico 2.

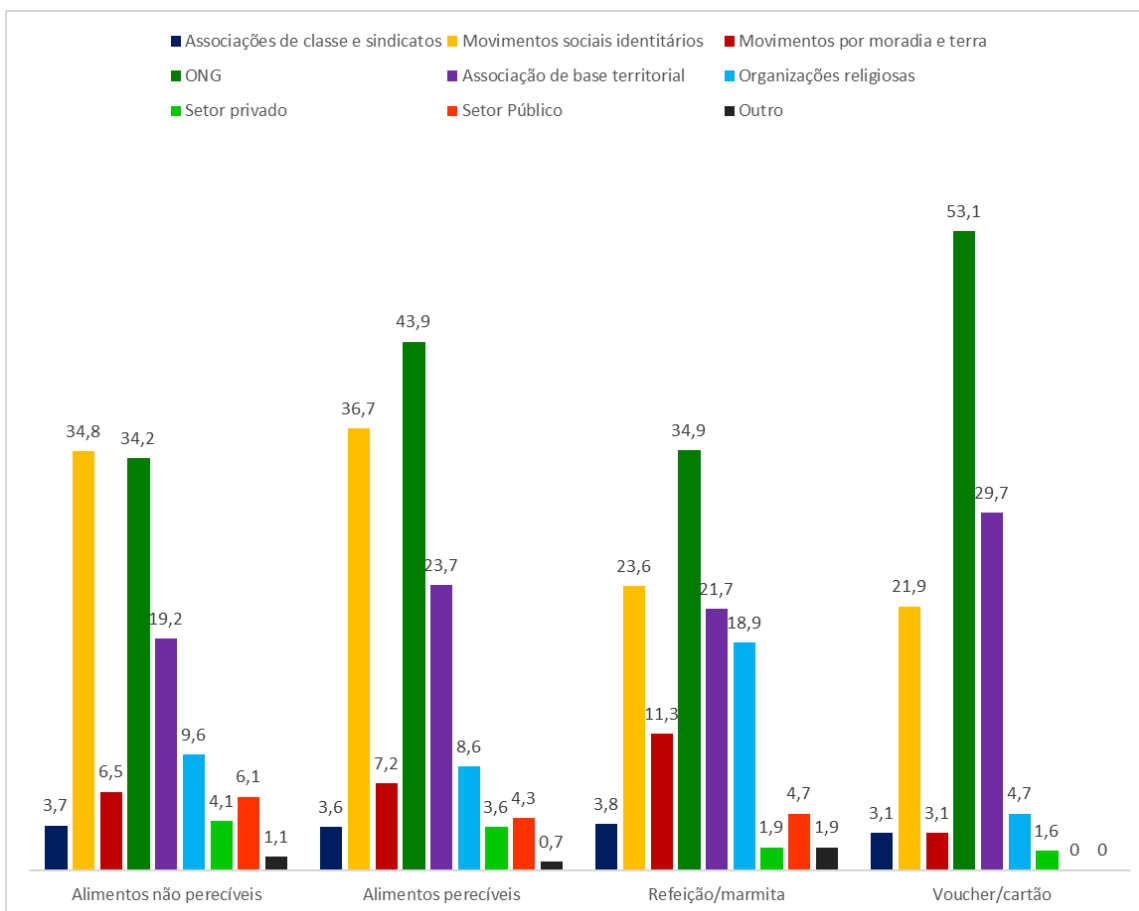
**Gráfico 2** – Tipo de organização promotora das campanhas (%)



Os grupos estão ordenados da seguinte forma: i) movimentos sociais e coletivos identitários (33,5%), constituída por movimentos e coletivos de mulheres e de pretos/as, bem como, por grupos com temáticos culturais que assumiam um discurso identitário; ii) “ONGs” (32,9%), com diferentes orientações e formas de organização; iii) “associações de base territorial” (18,8%), especialmente as associações de bairros; iv) “organizações religiosas” (8,9%), que, embora, historicamente exercem um papel ímpar através da caridade, apresentam um número reduzido de campanhas identificadas no banco, provavelmente pela forma de divulgação não-virtual; v) “setor público” (6,9%), majoritariamente representado pelas universidades; vi) “movimentos por moradias e terras” (5,7%); vii) “setor privado” (4,5%), caracterizado por uma diversidade de firmas – dos negócios locais às multinacionais; viii) “sindicatos e associações de classe” (3,5%); ix) “outro” (1,9%), basicamente formado por grupos que se identificavam como “voluntariado”.

O Gráfico 3 cruza as informações apresentadas anteriormente e mostra as doações de comida em relação ao tipo de grupo que organizou a campanha.

Gráfico 3 - Formas de distribuição de comida, segundo o tipo de organizador das campanhas (%)

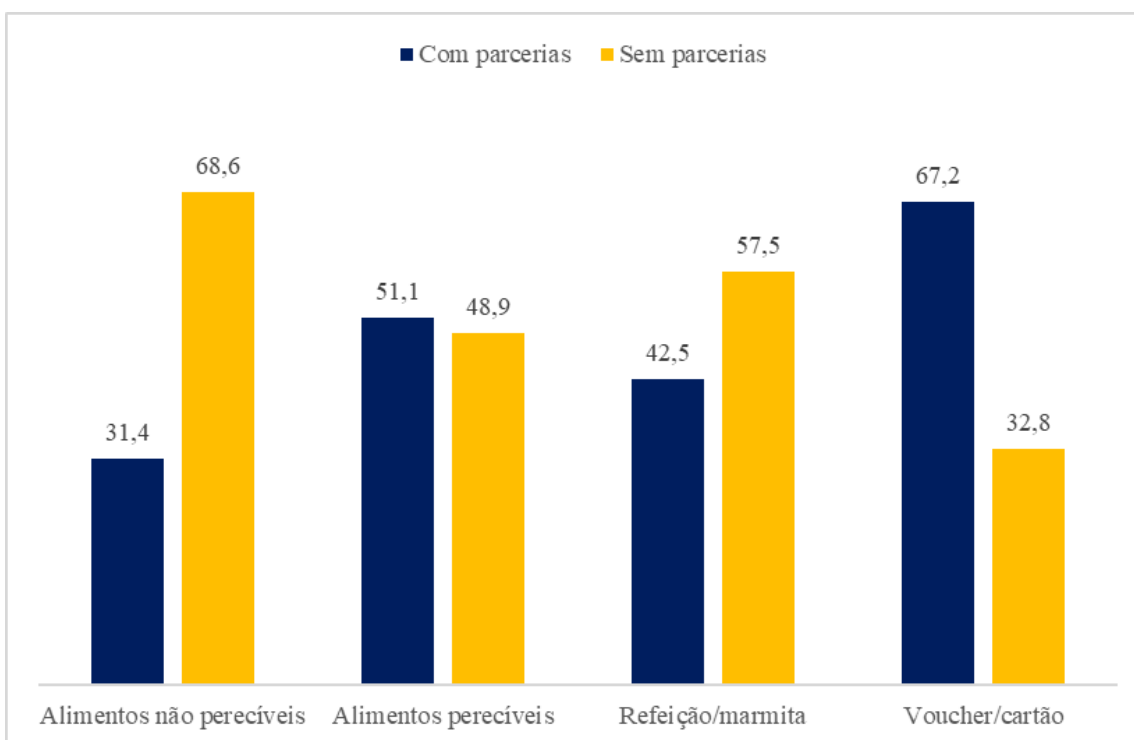


Quando olhamos para a relação entre a forma de distribuição de comida e os tipos de grupo que organizaram as iniciativas solidárias, percebemos melhor as diferenças e hierarquias que organizam essa trama social. No que diz respeito à doação de alimentos não perecíveis, temos um padrão bem parecido com a distribuição de grupos. Movimentos sociais identitários (34,8%) e ONGs (34,2%), quase que empatados, lideram essa forma de distribuição. Em menor proporção, eles são seguidos por associações territoriais (19,2%), organizações religiosas (9,6%), movimentos por moradia e terra (6,5%), setor público (6,1%), setor privado (4,1%), associações de classe e sindicatos (3,7%) e outros (1,1%). Essa ordem segue a distribuição geral dos grupos (Gráfico 2), inclusive com médias muito parecidas, com exceção de uma inversão entre movimentos por moradia e terra e setor privado, sem alterações significativas. Em resumo, o arranjo dos grupos na distribuição de alimentos não perecíveis é muito próximo da divisão de grupos no geral, apresentada no Gráfico 2.

Entretanto, novos arranjos aparecem quando olhamos para as outras formas de distribuição de comida. Quando se trata de alimentos perecíveis, o trabalho das ONGs (43,9%) se destaca e, embora os movimentos sociais identitários (36,7%) sigam próximos da média, as associações territoriais (23,7%) passam a ganhar destaque. Esse formato de arranjo se intensifica quando olhamos para a distribuição de vouchers. Nessa categoria, ONGs (53,1%) e associações territoriais (29,7%) ganham ainda mais relevância, mantendo os padrões de diferença entre elas, enquanto movimentos sociais identitários (21,9%) e setor privado (1,6%) perdem força e o setor público e os “outros” zeram. Por fim, um quarto arranjo de grupos parece se formar quando tratamos das doações de refeições e marmitas. Nessa relação, ONGs se aproximam da média geral (34,9%), movimentos sociais identitários perdem força (23,9%), associações de base territorial (21,7%) e setor público (4,7%) mantêm um padrão e o setor privado cai (1,9%), enquanto organizações religiosas (18,9%) e movimentos por moradia e terra (11,3%) ganham destaque significativo.

Esse padrão de arranjos parece ainda mais fortalecido quando olhamos para a variável que mede a presença ou ausência de parcerias entre os grupos que promoviam as ações de solidariedade e apoiadores/financiadores. Conseguimos medir, portanto, quais tipos de distribuição demandaram capital externo, de variados tipos. O Gráfico 4 apresenta essa informação.

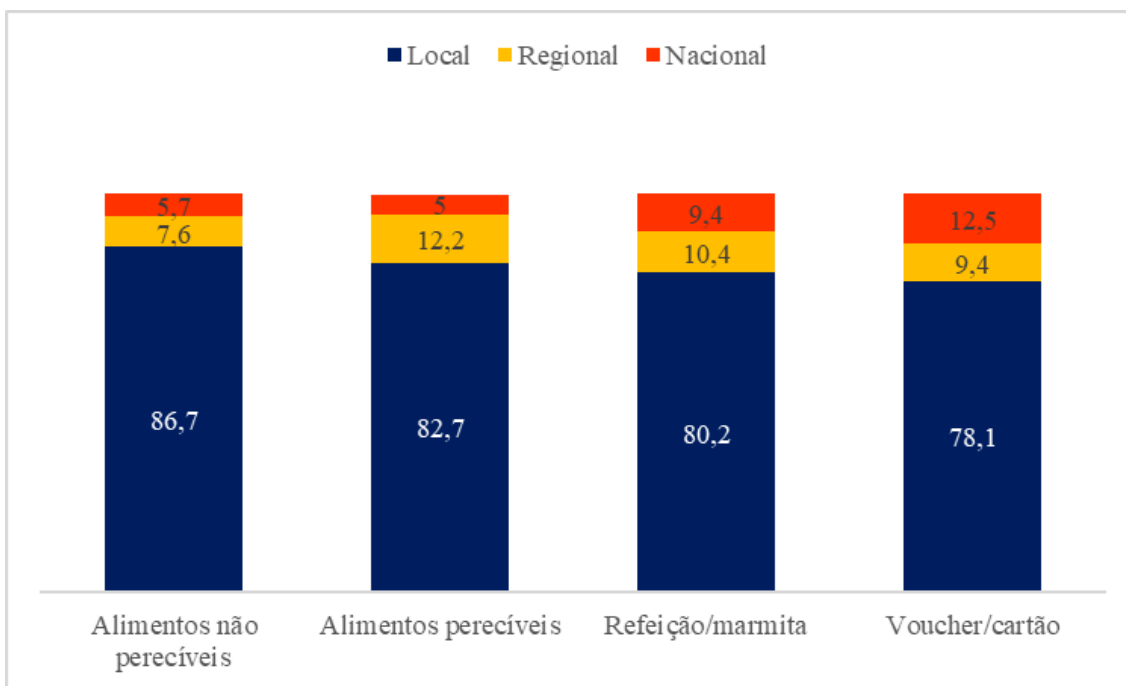
Gráfico 4 - Formas de distribuição de comida, segundo a presença ou ausência de organizações parceiras (%)



Segundo as informações apresentadas no Gráfico 4, a distribuição de alimentos não perecíveis quase não envolvia uma articulação de parceria entre organizações (diferença de 37.2 p.p.), ou seja, em muitas situações eram grupos autônomos. Embora com uma diferença bem menor (15 pontos percentuais p.p.), na categoria refeição/marmita também prevalece a ausência de parcerias na relação das campanhas. Mas os padrões se invertem nas duas categorias restantes. Com uma diferença mínima entre as variáveis (2.2 p.p.), mas com vantagem para as ações com parcerias, aparecem as doações de alimentos perecíveis. E, por fim, as campanhas centradas na distribuição de voucher são fortemente caracterizadas pela parceria com outras organizações (3.4 p.p.).

Há ainda uma terceira variável que fortalece um padrão entre esses arranjos. O Gráfico 5 apresenta as formas de distribuição de comida segundo a abrangência das campanhas.

Gráfico 5 - Formas de distribuição de comida, segunda a abrangência das campanhas (%)



Quando olhamos para as diferentes formas de distribuição de alimentos, segundo a abrangência das campanhas, encontramos uma informação interessante. Embora as campanhas locais dominem as formas de organização em todos os tipos de distribuição de alimentos, há diferenças consideráveis a se observar. Quando falamos de distribuição de alimentos perecíveis, 86,7% das campanhas eram locais, enquanto 7,6% eram regionais e 5,7% nacionais. Esse padrão começa a se alterar quando olhamos para a distribuição de alimentos perecíveis, em que as campanhas regionais (12,2%) passam a ganhar mais peso. No caso da distribuição de marmitas e refeições, as campanhas locais continuam perdendo espaço, não só para as ações com articulação regional (10,4%), mas também para as ações nacionais (9,4%). Essa tendência fica mais fortalecida no caso dos vouchers, em que as campanhas regionais chegam a representar 9,4% e as nacionais 12,5%. Em suma, enquanto as campanhas centradas na distribuição de alimentos não perecíveis seguem um padrão de organização local, as outras formas de distribuição apresentam maior variação, ainda que dominadas pela prevalência da distribuição de alimentos não perecíveis.

Nesse sentido, é possível visualizar certos padrões de arranjos organizativos centrados nas formas de distribuição de comida. O primeiro desses arranjos, em que está a grande maioria das doações, esteve centrado na distribuição de alimentos não perecíveis, promovidos em sua maioria por movimentos sociais identitários e ONGs,

com baixa adesão de uma rede parceira e com atuação local. Em segundo lugar, aparece um arranjo centrado na distribuição de alimentos perecíveis, em que ONGs ganham ainda mais destaques, movimentos sociais identitários perdem espaço, enquanto associações territoriais passam a despontar. Nesse arranjo, parcerias entre organizações são tão relevantes quanto os grupos autônomos e as ações regionais passam a ter mais relevância. O terceiro arranjo, centrado na distribuição de refeições e marmitas, é marcado por uma proximidade entre os diferentes grupos organizadores, puxado pelo peso da participação das organizações religiosas e os movimentos por moradia e terra, embora sem uma força expressiva das parcerias entre grupos. Nesse arranjo, articulações regionais e nacionais passam a ter mais significância. Por último, o arranjo voltado para a distribuição de vouchers, com uma dimensão menor em comparação aos outros, destaca-se pela presença intensa das ONGs, seguida pelas associações territoriais, presença forte das parcerias com outras organizações e a maior incidência das organizações em escala regional e nacional.

### **Considerações Finais**

O esforço de sistematização e classificação das ações de solidariedade centradas na distribuição de comida nos permite traçar interpretações iniciais sobre a relação entre os tipos de organizações responsáveis pelas ações - provedoras - com a forma de distribuição. A literatura antropológica sobre alimentação é eficaz em estabelecer as conexões entre comida e símbolos, identidades e diferenciações (Appadurai, 1981; Mintz, 2001). Compreender a distribuição de comida dessas iniciativas no contexto da pandemia por essa lente demanda a busca por conexões simbólicas, que são mais ou menos evidentes no conjunto de dados que obtemos no base “Cuidado e Comunidade: ações coletivas durante a pandemia da Covid-19”. É, entretanto, clara a necessidade de explorar esses aspectos para um entendimento mais complexo das disputas traçadas no combate à pandemia de COVID-19 no Brasil.

Uma das hipóteses que pretendemos avaliar a partir desses achados gira em torno da expertise e orientação política de cada tipo de organização para o engajamento com o tipo de distribuição de comida. Se na distribuição de refeições e marmitas, a atuação das organizações religiosas se destaca em relação aos outros tipos de distribuição, podemos recorrer ao histórico de projetos de assistência alimentar e nutricional liderados por instituições cristãs - como é o caso da frente de segurança alimentar e nutricional da Cáritas Brasileira. Também podemos nos indagar sobre a possibilidade de que



movimentos sociais são menos propensos a aceitarem parcerias financeiras com atores do mercado, assim, a orientação política desse tipo de organização diminuiria sua atuação no tipo de distribuição de voucher/cartão, abrindo espaço para as organizações da sociedade civil e associações de base territorial que ainda tem a expertise e proximidade com os beneficiários finais desse tipo de serviço doado.

Outra linha de hipótese recai sobre a presença ou ausência de parceria. Os tipos de distribuição demandam diferentes graus de infraestrutura, logística e recursos. Os vouchers/cartões se mostraram ser a forma de distribuição que mais envolve atores no processo de geração e entrega do produto. Essa cadeia de solidariedade envolve operadora de cartão, banco para disponibilização do dinheiro, CNPJ que doa, CPF que recebe. E as relações estabelecidas para essa distribuição priorizam um discurso atrelado a forma de distribuição mais tecnológica, complexa, e que prioriza a escolha do beneficiário, um discurso condizente com os atores dos mercados que estão mais envolvidos nesse tipo de ação do que nas outras.

As reflexões aqui esboçadas, ainda embrionárias, nos permitem apenas entender que houve alguma relação entre o tipo de organização e o tipo de distribuição dos alimentos. Explorados posteriormente, acreditamos que esses dados poderão nos ajudar a traçar os discursos simbólicos mobilizados pelas ações de solidariedade de combate à fome durante a pandemia.

## Referências

ABERS, Rebecca; von BÜLOW, Marisa. **A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)**, Relatório de Pesquisa 1 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília, 30 de junho, disponível em: <https://resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>

ALVES DE BRITO, Murilo Marschner. Introdução à amostragem. In: ABDAL, Alexandre et al (Edit.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. São Paulo: Sesc; Cebra,, 2016. p. 32-51.

APPADURAI, Arjun. gastro-politics in Hindu South Asia. **American ethnologist**, v. 8, n. 3, p. 494-511, 1981.

FONTOURA, N. Debates conceituais em torno do cuidado e sua provisão. In: CAMARANO, A. **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2023.

FOURNIER, Marisa. Taxonomía del trabajo del cuidado comunitario. **Oficina de país de la OIT para la Argentina**, 2022.

- FRAGA, Cecilia. **Los cuidados comunitarios en América Latina y el Caribe: Una aproximación a los cuidados en los territorios**. Pnud, 2022.
- GUIMARÃES, Nadya. The Circuits of Care: Reflections from the Brazilian Case. In: GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. **Care and Care Workers: A Latin American Perspectiv**. Springer, 2021. p. 125-147.
- GUITIÉRREZ, Eva Maria Villanueva. Respaldarnos. Recursos y emociones en los cuidados comunitarios durante la pandemia: el caso de La Merced en la Ciudad de México. **Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial**, v. 24, p. 32-46, 2023.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.
- LEME, Adriana Salay et al. **Fome e assistência alimentar na pandemia**. Organizado por Sefras - Ação Social Franciscana. São Paulo: Paulus, 2022.
- MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução n. 2.200-A (XXI) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Dezembro de 1966.
- RAZAVI, Shahra. **The Political and Social Economy of Care in a Development Context: Conceptual Issues, Research Questions and Policy Options**. Gender and Development, Programme Paper Number 3, United Nations, Research Institute for Social Development, 2007
- REDE PENSSAN. **VIGISAN: National survey of food insecurity in the context of the COVID-19 pandemic in Brazil**. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.
- SANCHÍS, Norma (Edit.). **El cuidado comunitario en tiempos de pandemia... y más allá**. Asociación Lola Mora, Red de Género y Comercio, 2020.
- SHOSTAK, S. Food and Inequality. **Annual Review of Sociology**, v. 49, n. 1, p. 359-378, 2023.
- SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do care. **Cadernos Pagu**, v. 46, p. 107-128, 2016.
- TELLES, Vera et al. **(Micro)políticas da vida em tempos de urgência**. 24 ago. 2020.
- TRONTO, Joan C. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. New York, London: Routledge, 1993.
- VEGA, Cristina; MARTÍNEZ, Raquel; PAREDES, Myriam. **Cuidado, comunidad y común**. Extracciones, apropiaciones y sostenimiento de la vida. Traficantes de Sueños, 2018.
- ZAMBIASI, Tamara. Espaços ordinários e transformações extraordinárias: o combate à fome da Ação da Cidadania. **Revista Katálysis**, v. 26, p. 446-454, 2023.
- ZIBECCHI, Carla. Cuidadoras del ámbito comunitario: entre las expectativas de profesionalización y el 'altruismo'. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, v. 50, p. 129-145, 2014.

ZIBECCHI, Carla. ¿Nuevas formas de sociabilidad y politicidad en torno a los cuidados? Los movimientos sociales desde la perspectiva de los cuidados. **La ventana. Revista de estudios de género**, v. 6, n. 55, p. 370-400, 2022.